



NITEROI/RJ

COMUNICADO AOS VIGILANTES DA EMPRESA FENIXX



Diretores do Sindicato dos Vigilantes de Niterói - Svnit, Claudio Vigilante, Adilson Silva, Eduardo José e Alan Mattos, estiveram reunidos, pela manhã com a gerência da Empresa Fenixx para tratar do pagamento de salários atrasados no Detran.

Conforme informado anteriormente nas redes sociais do Sindicato, a direção do sindicato estava cobrando e buscando junto a empresa e o Detran a liberação do pagamento de salário dos companheiros.

Ao chegar à reunião, a direção da empresa

nos comunicou que já havia liberando o pagamento dos salários de todos os vigilantes do Detran.

Agradecemos a todos Vigilantes pela confiança depositada na direção do Sindicato para solucionar o problema e agradecemos a empresa por ter se empenhado em também resolver a situação, uma vez que as contas não param de chegar.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões.

CONVOCAÇÃO – VIGILANTES BITARRON



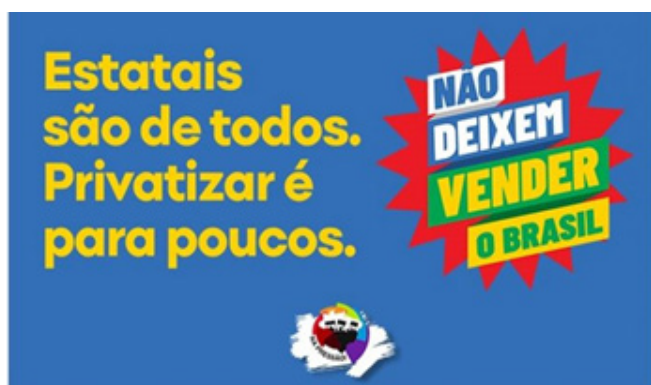
O SINDVIGILANTES/BA – Sindicato dos Empregados de Empresas de Segurança e Vigilância do Estado da Bahia, CONVOCA os VIGILANTES a seguir relacionados, vinculados, na condição de substituídos processuais (representados pelo Sindicato), no processo trabalhista nº 0001316.60.2015.5.05.0001 contra a empresa BITARRON Vigilância e Segurança Patrimonial Ltda., cobrando resíduo dos 30% (Periculosidade) a entrarem com contato com o Sindicato através dos canais ao final relacionados (excepcionalmente em face do atual quadro de pandemia), até às 17hs do dia 16 de março de 2021, impreterivelmente, portando originais e cópias de RG, CPF, nº do PIS, prova de residência e CTPS (pagina da foto/verso e pagina do contrato com a Bitarron), para a devida habilitação e recebimento dos créditos deferido na ação trabalhista supramencionada, salientando que o silencio poderá ser traduzido como desinteresse e ensejará a ciência ao juízo para as providencias cabíveis, a exemplo de devolução dos recursos.

- Secretaria de Finanças - financas@sindvigilantes.org.br - 71 3525 6520
- José Boaventura – boasantos@terra.com.br – 71 99617 9701
- Almir Encarnação – almirencarnacao01@gmail.com – 71 98814 0559
- Djalma Queiroz – djalmaqueiroz1@hotmail.com – 71 98814 0558

Lista disponível no site da entidade.

Não Deixem Vender o Brasil: Sindicatos reforçam luta contra as privatizações

O site Na Pressão, ferramenta de mobilização da CUT, é cada vez mais usado na campanha, mas compartilhamento precisa aumentar para alcançar mais trabalhadores, diz Roni Barbosa



A luta da CUT contra as privatizações das empresas estatais brasileiras, como Banco do Brasil, Caixa Federal, Petrobras e Eletrobras, tem ganhado a cada dia mais a adesão da

sociedade brasileira. Os números do site Na Pressão, ferramenta que facilita a todos cobrar parlamentares para que defendam os interesses dos trabalhadores, demonstram que os brasileiros estão engajados na luta contra a venda dessas empresas. Somente na última semana, mais de 30 mil pessoas já acessaram o site.

O Na Pressão tem se mostrado cada vez mais estratégico como instrumento de mobilização, já que possibilita a cada brasileiro pressionar parlamentares para que aprove projetos de interesse da classe trabalhadora e barrem iniciativas que tragam prejuízos à sociedade e ao país, como é o caso das privatizações.

A mobilização está boa, mas pode aumentar, analisa o secretário de Comunicação da CUT, Roni Barbosa, que convoca todas às entidades filiadas a trabalhar para aumentar ainda mais a participação da sociedade e de toda a classe trabalhadora na campanha para pressionar o parlamento a votar de acordo com os interesses do povo e do Brasil.

Neste momento é fundamental que cada entidade filiada à CUT, todos os sindicatos somem esforços publicando a campanha em seus sites e redes sociais- Roni Barbosa

“Tem cards, vídeos e links da campanha contra as privatizações que, quanto mais compartilhados, mais contribuirão para aumentar a participação popular - chegar a todos os brasileiros, todos os trabalhadores, em todos os cantos do país”, completa o secretário.

“Não Deixem Vender o Brasil” é campanha carro-chefe do Na Pressão e tem objetivo de conscientizar a população sobre os riscos e prejuízos que a venda dessas estatais pode ocasionar. Lançada no dia 25 de fevereiro deste ano, ela conta ainda com a divulgação por meio das redes sociais e pela mídia tradicional – em emissoras de TV e rádio como Band e Globo.

Pressão de todos

Pelo Na Pressão é possível mandar mensagens diretamente aos políticos, em suas redes sociais como Facebook e Twitter, por e-mail ou diretamente no WhatsApp de cada um.

O diferencial da ferramenta é justamente esse – o canal direto com cada parlamentar. As mensagens são individuais. Não é possível pressionar todos de uma vez, para evitar que servidores de computadores entendam as mensagens como lixo eletrônico ou “spam”.

“É corpo a corpo de verdade”, diz o secretário de Comunicação da CUT, Roni Barbosa.

A campanha principal é ‘Não Deixem Vender o Brasil’, mas como parte da estratégia, campanhas específicas para cada estatal também estão no site. Uma delas é contra a venda do Banco do Brasil.

A campanha dirigida à defesa do BB, intitulada “O Banco do Brasil não pode ser de poucos” segue até o próximo domingo (14), para barrar o processo de reestruturação do banco que também vai até o próximo domingo.

Juvandia Moreira, presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf-CUT), convoca a sociedade a pressionar os parlamentares, alertando que “há propostas de Projetos de Lei para privatização total do Banco do Brasil”.

Ela explica que o BB é responsável por 60% do crédito agrícola do país, que beneficia, em especial, os pequenos agricultores. “Financia a compra do trator, as sementes, possibilita que os trabalhadores - os produtores da Agricultura Familiar - possam plantar para que a cidade possa almoçar, jantar”, diz Juvandia, lembrando que cerca de 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros, são produzidos por esses produtores.

“É fundamental a população mandar mensagens, usar o Na Pressão para fazer esse diálogo com a Câmara e com o Senado para defender o Banco do Brasil, cobrar dos deputados que não deixem vender o BB porque ele é de todos nós e é importante para toda a população brasileira”, reforça Juvandia.

Outro ponto importante na defesa dos bancos públicos, ela destaca, é que se essas instituições forem privatizadas, mais da metade dos municípios brasileiros, ficará sem nenhuma agência bancária. São as cidades mais distantes de grandes centros, onde geralmente há apenas uma agência, e na maioria deles, de um banco público.

Estratégia

Periodicamente, como parte do plano de ação da campanha ‘Não Deixem Vender o Brasil’, outras campanhas serão veiculadas. Uma delas é a campanha em defesa da Eletrobras.

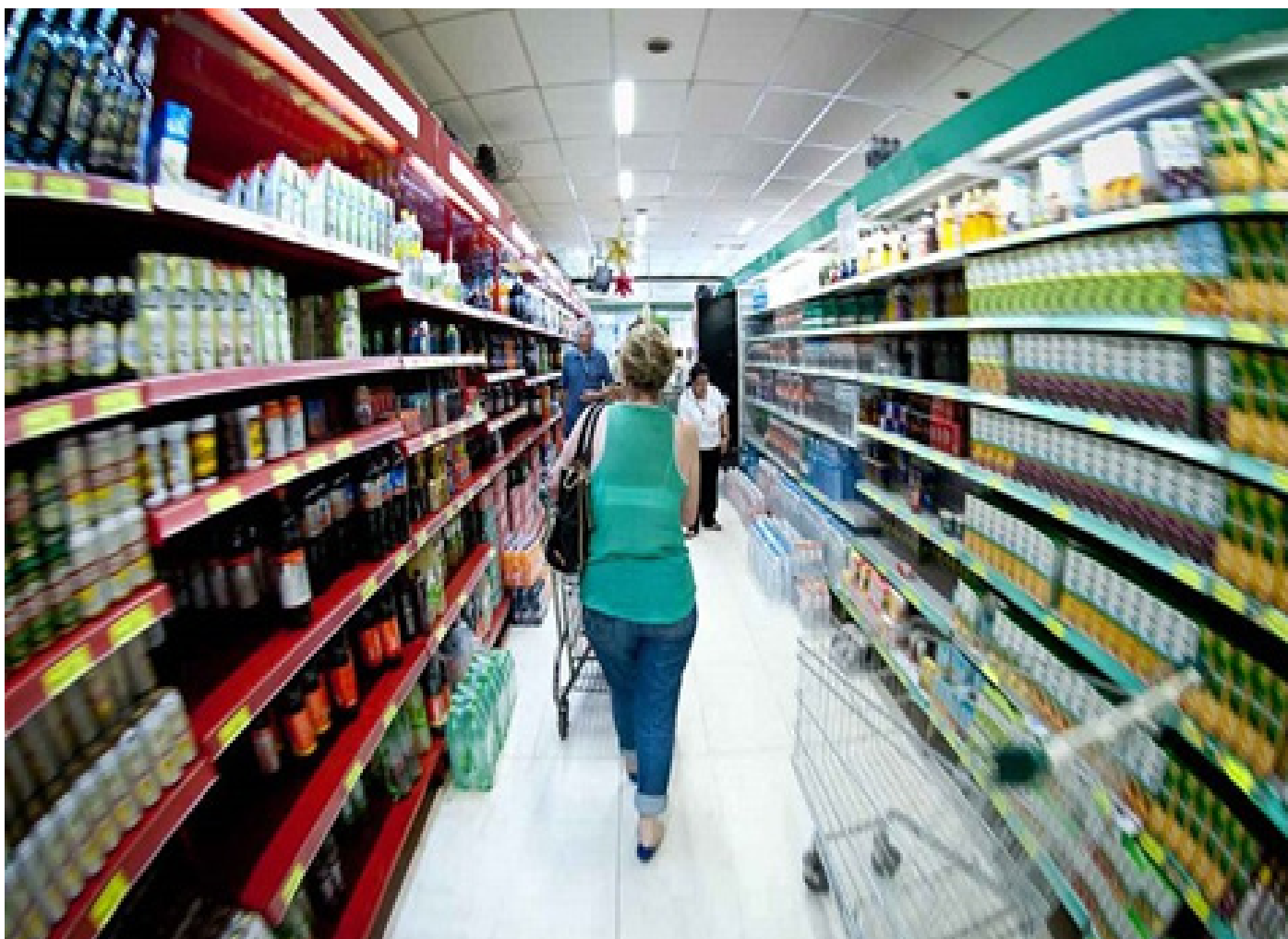
O sistema Eletrobras gera um terço da energia elétrica do país e tem 47% das linhas de transmissão. A venda da estatal deve aumentar a conta de luz em até 17% e aumentar o risco de apagões, como o que ocorreu no Amapá em novembro de 2020. Em menos de 10 anos sob controle privado, a Subestação de Macapá explodiu, incendiou, colapsou e deixou população sem luz por 22 dias.

No início do mês de março, pesquisa do Poder360 comprovou que a maioria dos brasileiros é contrária à privatização da Eletrobras. Do total de entrevistados, 49% disseram ser contrários à venda da estatal, contra 31% a favor. Outros 20% não se posicionaram.

***Edição: Marize Muniz**

FONTE: CUT - Escrito por: Andre Accarini

INPC sobe 0,82% em fevereiro e acumula 6,22% nos últimos 12 meses, aponta IBGE



Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a variação da cesta de compras de famílias com renda de até cinco salários mínimos, registrou inflação de 0,82% no país em fevereiro, percentual maior que o de janeiro (0,27%). É, também, a maior taxa para o mês de fevereiro desde 2016 (0,95%).

Segundo dados divulgados nesta quinta-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o INPC acumula 1,09% no ano e 6,22% em 12 meses.

O índice é usado como referência nas negociações coletivas entre as entidades sindicais dos trabalhadores e as dos empresários.

Já a inflação oficial, medida pelo Índice

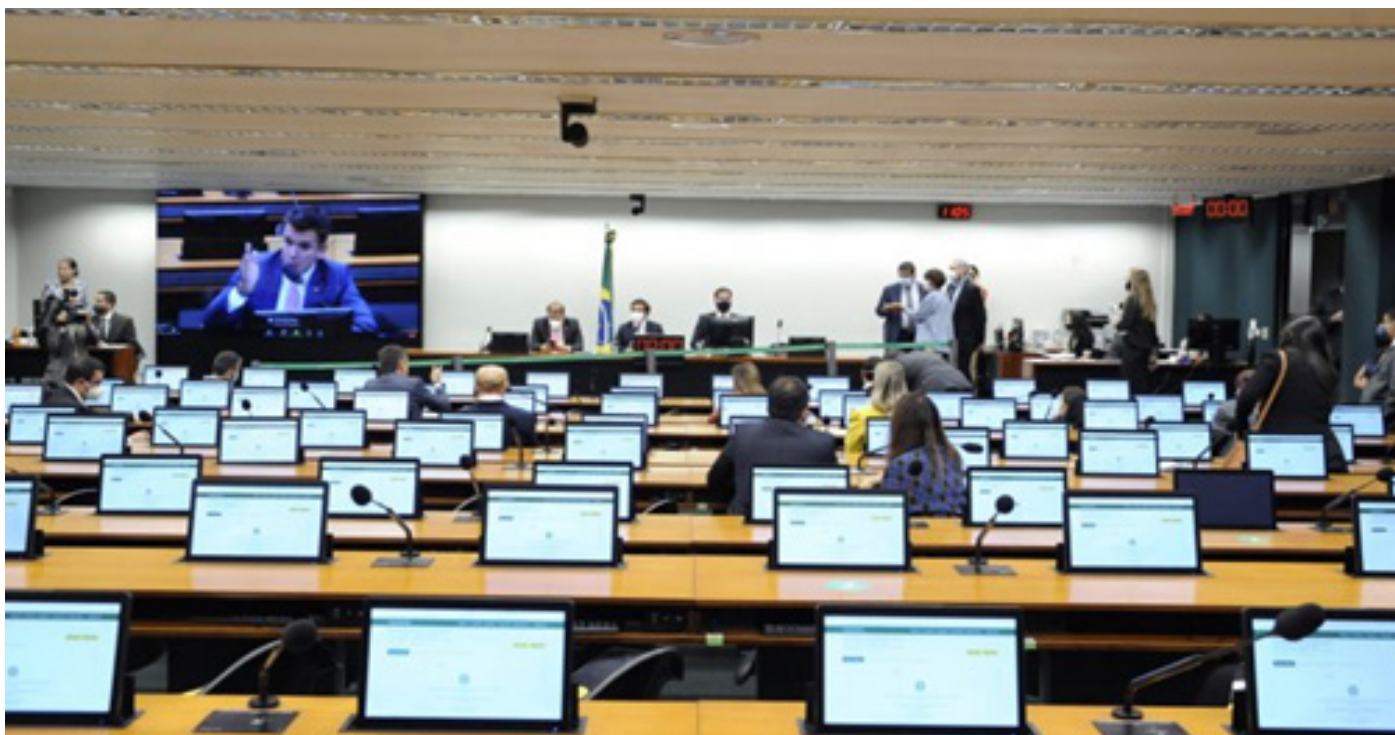
Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficou acima do INPC em fevereiro (0,86%). No acumulado de 12 meses, no entanto, o IPCA é menor (5,20%).

Em fevereiro, os produtos alimentícios medidos pelo INPC tiveram alta de preços de 0,17%, percentual inferior ao 1,01% de janeiro. Já os não alimentícios medidos pelo INPC registraram inflação de 1,03% em fevereiro, acima do 0,03% de janeiro.

Foto: Reprodução

Fonte: CUT-RS com Agência Brasil

Dez comissões permanentes da Câmara elegeram seus presidentes nesta quarta-feira



As comissões permanentes começam a discutir projetos na semana que vem

Dez comissões permanentes da Câmara dos Deputados elegeram seus presidentes na manhã desta quarta-feira (10). Elas voltarão a funcionar na semana que vem, em regime semipresencial, depois de um ano paradas em razão da pandemia de Covid-19. A deputada Soraya Santos (PL-RJ) comemorou no Plenário a eleição de mulheres à presidência de comissões, com destaque para a deputada Flávia Arruda (PL-DF), primeira deputada eleita na Comissão Mista de Orçamento, e a deputada Bia Kicis (PSL-DF), primeira mulher eleita na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. “Isso não é pouca coisa. Cada deputada que assume espaço de comando e decisão reflete o que se espera de um Brasil com mais justiça social e equilíbrio. Não somos a minoria”, disse ela.

Confira os resultados da eleição em cada colegiado.

- Bia Kicis é eleita presidente da Comissão de Constituição e Justiça
 - Aureo Ribeiro é eleito presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
 - Júlio Cesar é eleito presidente da Comissão de Finanças e Tributação
 - Professora Dorinha é eleita presidente da Comissão de Educação
 - Otto Alencar Filho é eleito presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico
 - Aline Sleutjes é eleita presidente da Comissão de Agricultura
 - Cristiano Vale é eleito para presidir Comissão de Integração Nacional
 - Desenvolvimento Urbano elege deputado José Priante
 - Afonso Motta é o novo presidente da Comissão de Trabalho
 - Aliel Machado é o novo presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia
- Da Redação/WS

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Câmara aprova PEC Emergencial em 2º turno

A proposta prevê medidas de ajuste fiscal e vai possibilitar o pagamento de um novo auxílio emergencial

Najara Araújo/Câmara dos Deputados



Sessão do Plenário da Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados concluiu, no início da madrugada desta sexta-feira (12), a votação em segundo turno da PEC Emergencial. No total, foram três dias de votações (incluindo primeiro e segundo turnos).

A Proposta de Emenda à Constituição 186/19 permite ao governo federal pagar, em 2021, um novo auxílio emergencial aos mais vulneráveis, com R\$ 44 bilhões por fora do teto de gastos; e impõe mais rigidez na aplicação de medidas de contenção fiscal, controle de despesas com pessoal e redução de incentivos tributários.

Uma análise da consultoria da Câmara deve recomendar a promulgação da PEC sem necessidade de retorno ao Senado.

Na sessão desta quinta-feira (11), o Plenário aprovou somente dois destaques surgidos de acordo entre os partidos da base aliada e o governo na votação da matéria em primeiro turno.

Com a aprovação desses destaques, foi retirada da PEC a proibição de promoção funcional ou progressão de carreira de qualquer servidor ou empregado público. Essa proibição era um dos pontos criticados pela bancada de militares e policiais.

A mudança beneficia servidores da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive no caso de se decretar estado de calamidade pública de âmbito nacional.

Acordo

O acordo evitou a retirada de outras restrições maiores, como de aumento de salários e de novas contratações, por meio de outro destaque que acabou sendo rejeitado na quarta-feira (10).

Segundo o relator, deputado Daniel Freitas (PSL-SC), chegar a esse acordo foi importante para preservar outros pontos da PEC. “As progressões e promoções de todas as categorias ficam garantidas, e não somente das forças de segurança”, explicou, ressaltando o papel de deputados ligados às forças de segurança na busca do acordo.

Para o líder do PT, deputado Bohn Gass (PT-RS), a mudança deveu-se à atuação da oposição. “Foi o nosso destaque não aprovado que fez o governo negociar, e conseguimos fazer com que as progressões e as promoções não ficassem congeladas”, afirmou.

Regra de ouro

O valor total gasto com o auxílio poderá até ser maior, mas somente os R\$ 44 bilhões poderão ficar de fora do teto de gastos (Emenda Constitucional 95, de 2016) e da meta de resultado primário (estimada em déficit de R\$ 247 bilhões).

A captação de recursos para o auxílio com títulos públicos não precisará seguir a regra de ouro, que proíbe o governo de contrair dívidas para o pagamento de folha salarial e manutenção de órgãos públicos e de programas sociais, entre outros compromissos.

A primeira leva de pagamentos do auxílio chegou a R\$ 292 bilhões para cerca de 68 milhões de pessoas, em duas rodadas: na primeira, foram pagas parcelas de R\$ 600 por cinco meses; na segunda, chamada de “auxílio residual”, foram parcelas de R\$ 300 durante quatro meses e com um público-alvo menor.

Para 2021, segundo o governo, o auxílio será de R\$ 175 a R\$ 375 por quatro meses (março a junho). Para a família monoparental dirigida por mulher, o valor será de R\$ 375; para um casal, R\$ 250; e para o homem sozinho, de R\$ 175.

Fundos mantidos

Em relação ao texto original, destaque do PDT aprovado em primeiro turno retirou toda a parte que proibia a vinculação de qualquer receita pública a fundos específicos. Foram registrados 302 votos para manter o texto, mas o mínimo são 308. Houve 178 votos a favor do destaque.

Com isso, a Constituição Federal continua com a redação atual no dispositivo que proíbe apenas a vinculação de impostos aos fundos, com algumas exceções. A criação de novos fundos será proibida se seus gastos puderem ser alcançados por meio da vinculação de receitas orçamentárias.

Contenção fiscal

Para a União, medidas de contenção de despesas com pessoal e com isenções tributárias serão acionadas quando for atingido um gatilho relacionado às despesas obrigatórias.

No caso de estados, Distrito Federal e municípios, por causa da autonomia federativa, as medidas serão facultativas. Mas se os órgãos e poderes do ente federado não adotarem todas as medidas, o estado ou município em questão ficará impedido de obter garantia de outro ente federativo (normalmente da União) para empréstimos (internacionais, por exemplo), além de não poder contrair novas dívidas com outro ente da Federação ou mesmo renegociar ou postergar pagamentos de dívidas existentes.

A PEC 186/19 prevê ainda que uma lei complementar sobre sustentabilidade da dívida poderá autorizar a aplicação dessas restrições. Na lei devem ser definidos, por exemplo, níveis de compatibilidade dos resultados fiscais com a trajetória da dívida e planejamento de venda de estatais para reduzir seu montante.

Superávit

Entretanto, outro artigo relacionado ao tema continua no texto aprovado, permitindo ao Executivo usar, até o fim de 2023, o superávit financeiro dos seus fundos públicos para pagar a dívida pública.

Ficam de fora os fundos públicos de fomento e desenvolvimento regionais e, como o trecho da Constituição sobre vinculação não foi mudado, também não podem ser usados o Fundeb e

os fundos de atividades da administração tributária.

A medida vale inclusive para estados e municípios, mas se o ente federado não tiver dívida pública para amortizar, o dinheiro será de livre aplicação.

Em dezembro de 2020, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei complementar (PLP 137/20) que autorizou o governo a usar o superávit acumulado de 2019 relativo a 26 fundos setoriais para combater a pandemia ou suportar queda de arrecadação.

Restrições para a União

Atualmente, o novo regime fiscal (EC 95) existe apenas para o governo federal e prevê a aplicação dessas medidas quando um órgão ou Poder passar do limite de despesas primárias na execução do orçamento de determinado ano. Essas despesas são limitadas à correção pelo IPCA desde 2017.

Com a PEC, as medidas, ampliadas pelo texto, mas com exceções, serão acionadas se o projeto de lei do orçamento federal indicar que a despesa primária obrigatória (pessoal e previdência, por exemplo) passar de 95% da despesa primária total (inclui investimentos). As vedações são aplicáveis especificamente para o órgão ou Poder que passar desse limite e valerão durante todo o ano em que o orçamento for executado.

O Poder Executivo é o que está mais próximo desse índice, com 92,4%, e a estimativa é que chegue a 95% em 2024.

Entre as vedações estão a criação de cargo que implique aumento de despesa; a realização de concurso público para vagas novas; e a adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação.

No caso do aumento de salários, de benefícios indenizatórios ou de criação ou aumento de outras vantagens, o texto da PEC inclui uma exceção para aqueles determinados por sentença judicial transitada em julgado

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

ou por lei anterior ao início da aplicação das medidas de contenção de despesas, como o aumento concedido aos militares em 2019.

Pessoal temporário

Quanto à contratação de pessoal, novas exceções serão acrescentadas ao texto constitucional, permitindo a admissão temporária de pessoal e a reposição de temporários para prestação de serviço militar e de alunos de órgãos de formação de militares.

Para o Poder Executivo, haverá ainda a proibição de conceder benefícios e incentivos tributários, renegociar dívidas e criar programas ou linhas de financiamento vinculadas a subsídios.

Estados e municípios

Os mesmos tipos de proibições serão aplicáveis aos estados e municípios, facultativamente, toda vez que uma apuração bimestral indicar que, nos 12 meses anteriores, a despesa corrente (despesas de custeio, exceto investimentos e de capital) chegar a 95% da receita corrente (receitas de tributos e transferências).

Das 27 unidades da Federação, apenas Rio Grande do Sul (98,27%), Minas Gerais (96,9%) e Rio Grande do Norte (95,7%) atingiram esse limite.

Ao Poder Executivo estadual, o texto permite o uso das medidas para seu orçamento quando o índice chegar a 85%. Isso será feito por meio de ato submetido ao Poder Legislativo, que terá 180 dias para votá-lo. Se o prazo estourar ou o ato for rejeitado, todas as ações tomadas com base nele serão consideradas válidas.

Reportagem – Eduardo Piovesan

Edição – Pierre Triboli

Fonte: Agência Câmara de Notícias

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF